

Esforço concentrado

ca

Jornal de Brasília

começa sem acordo

A semana de "esforço concentrado" na Câmara, prevista para os dias 19, 20, 21 e 22, vai começar sem que os líderes tivessem chegado a um acordo quanto às matérias de consenso e que unindo possam ser aprovadas sem resistências.

Ainda ontem os líderes Pimenta da Veiga, do PMDB, e Amaral Netto, do PDS, marcaram e desmarcaram encontro que teriam, com essa finalidade, pela manhã, e só voltarão a encontrar-se semana que vem, quando o "esforço" tiver início, após o qual dificilmente haverá número novamente, este ano, para votação nas duas Casas do Congresso, todas voltadas para a campanha eleitoral nos Estados.

Um projeto polêmico está no item 1 da pauta há várias semanas, e dispõe sobre a utilização de imóveis residenciais de propriedade da União, das entidades da administração federal e das fundações sob supervisão ministerial, localizados no Distrito Federal.

O projeto e do Governo e sobre ele recaem duas emendas oferecidas pelos partidos de oposição: uma, suprime a não abrangência e ministros de Estado, ao consultor-geral da República, ao procurador-geral da República, a ministros de Tribunal, e aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de nível igual ou superior a 4 — do dispositivo (artigo 3º) que veda a utilização dos imóveis, por servidor, seu cônjuge ou companheira amparada por lei, que seja ou tenha sido, nos dois anos imediatamente anteriores à lavratura do respectivo termo, proprietário, usufrutuário, titular do direito real de uso, promitente-comprador, cessionário ou promitente-cessionário de imóvel residencial, em condições de uso, no Distrito Federal.

Os deputados querem a supressão do privilégio, que beneficiaria já os mais bem aquinhoados.

E outra emenda, assegura ao servidor o direito de adquirir o imóvel, desde que atendidos certos requisitos.

Oposição e Governo não se entendem quanto a este projeto e suas emendas, como ainda não se entenderam quanto ao tempo de uso de rádio e televisão durante a campanha para governador e Assembleia Constituinte.

O líder do PDT, Matheus Schmidt, declara que sua bancada continuará em obstrução, até que o Governo se disponha a incluir em pauta projeto que garanta o trabalhador no trabalho em face dos efeitos do Pacote, isto além da retomada das prerrogativas parlamentares (emendar o Orçamento, projetos financeiros, etc.) com o que o Congresso se possa sentir reaparelhado para melhor servir à Nação.

— Ou então — diz ele — que o Governo ponha sua maioria e como a antiga Arena faça aprovar ou rejeitar tudo à base do rolo-compressor.

Já o líder Pimenta da Veiga entende que não precisará do método do rolo-compressor. Mas o PMDB é a maior bancada, hoje, na Câmara, e as prerrogativas disso decorrentes terão de se fazer valer, se necessário.